

✓ **CENTRO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

✓

✓ **Projeto**

✓

✓

✓ **SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS
ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL**

Setembro 2008

RESUMO

- ✓ Este relatório descreve os resultados da pesquisa “Sondagem das Experiências de Moedas Alternativas em Curso no Brasil”, realizada através do convênio CORDEL/BNB/FASE 32.2007 com os objetivos de: 1) identificar as motivações sociais e o significado das mesmas para seus beneficiários e 2) subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento territorial. Após catalogar as experiências mais representativas de moedas alternativas, utilizadas em Clubes de Trocas e Bancos Comunitários de Desenvolvimento, foi construída uma amostra para o trabalho de campo. O resultado das informações apresentou as práticas de moedas sociais inseridas em um processo de construção de alternativas de geração de trabalho e renda, de tecnologias próprias adaptadas aos contextos populares como estratégias ao

desenvolvimento local e economia solidária Permitiu, ainda, a visualização da ordem de grandeza do valor movimentado por essas moedas e como elas se tornaram um instrumento para o acesso à recursos às populações com vistas à satisfação de necessidades de consumo e de criação de empreendimentos econômicos solidários a partir da participação cidadã. Ao final da análise foi possível identificar as dificuldades para manutenção das experiências, os limites da legislação e a necessidade de aprofundar o debate na sociedade sobre pertinência de uma normatização de moedas sociais pelas instituições monetárias do País. Fica claro a importância, em diferentes proporções, das moedas sociais para a dinamização econômica local e de construção de novas sociabilidades colocando um desafio para as políticas públicas no país, principalmente em como estabelecer uma relação com os bancos oficiais que favoreça o investimento local, sem que isso fira o princípio da universalização e da redistribuição equitativa dos recursos.

Palavras –chave: Moeda Social. Economia Solidária. Desenvolvimento Local. Política Pública

SUMÁRIO

ítem	descrição	pág.
	Equipe Técnica	
	Resumo	
	Estudo	
1	Introdução	
2	Procedimentos Metodológicos	
3	Referenciais Teórico-Methodológicos	
4	✓ Problemas, motivações e estratégias para uso de moedas sociais	
4.1.	Área geográfica de atuação	
4.2.	O contexto e a erupção das experiências	
4.3.	As fontes e aportes iniciais e atores envolvidos na constituição das experiências	
5	As moedas sociais e desenvolvimento comunitário local	
5.1.	A visão dos participantes sobre a moeda social	
5.2.	Os objetivos das organizações	

5.3.	A movimentação das moedas	
5.4.	O trato com a questão ambiental	
5.5.	A participação e construção de redes, fóruns e outros espaços	
6	A gestão e operacionalização: uma nova sociabilidade	
6.1.	Características das organizações	
6.2.	Um esboço de perfil social	
6.3.	Número de pessoas envolvidas, atendidas e apoiadas	
6.4.	As formas e critérios de acesso	
6.5.	Espaços construídos de controle social e participação democrática	
6.6.	Estrutura administrativa e funções observadas	
6.7.	A operacionalização dos bancos e os benefícios para os usuários das moedas sociais e suas localidades	
6.7.1.	O lastro da moeda e o controle	
6.7.2.	Taxas e juros	
6.7.3.	A inadimplência e como ela é resolvida nas experiências dos bancos	
6.7.4.	A movimentação das moedas	
6.7.4.1.	Os projetos apoiados de geração de trabalho e renda pelos bancos comunitários	
6.7.4.2.	O volume de recursos movimentado pelos clubes	
6.7.5.	O retorno dos recursos para os bancos comunitários	
6.8.	O acompanhamento e a capacitação	
6.9.	A mobilização de recursos	
7	Desafios, avanços e perspectivas	
8	A questão da institucionalidade das moedas	
	Considerações	
	Referências	
	Apêndices	
	Lista das pessoas entrevistadas	
	Fontes de dados secundários	
	Fotos das experiências visitadas	
	Modelo questionário clubes	
	Modelo questionário bancos	
	ANEXOS	
	Bloco de entrevistas - tabulação dos questionários	
	Questionários e entrevistas	
	Modelos de Moedas Sociais	

QUADROS

nº	descrição	pág.
1	Identificação das experiências - Bancos	
2	Identificação das experiências - Clubes	
3	Experiências visitadas - Bancos	
4	Experiências visitadas - Clubes	
5	Recursos movimentados ao ano	
6	Projetos apoiados por bancos comunitários e seus participantes	

ESTUDO

1. Introdução

É difícil precisar todas as causas para o ressurgimento da moeda social. Ao observar que esta prática vem sendo incentivada no Brasil nos últimos anos é preciso compreender como e porque isto vem ocorrendo através de estudos que permitam uma reflexão sobre as implicações sócio-culturais e a visão subjetiva que o dinheiro vem adquirindo nas sociedades capitalistas avançadas.

Ao lado de experiências que já se podem considerar tradicionais, estão em desenvolvimento várias novas, associadas a movimentos sociais com características muito díspares (comunidades urbanas, fóruns de assentados,

associações de produtores rurais na convivência com o semi-árido, e redes sociais e de produção e consumo, por exemplo), mas indicando que elas apareceram com o objetivo de combater o processo de concentração econômica e desigualdade social. Algumas buscam, ainda, ampliar a força de alguns segmentos excluídos do circuito financeiro oficial vigente no país.

Em cada uma dessas experiências a moeda adotada assume nome e regras próprias. Alguns grupos começam a denominar suas moedas de "sociais", justamente por elas terem sido criadas por movimentos interessados na construção de outros circuitos de trocas e de novos instrumentos monetários, a serviço de uma economia diferente daquela que impera na ordem capitalista. É importante salientar que não obstante a sua importância política, social e econômica, o funcionamento do sistema financeiro parece ainda pouco compreendido pela maioria das pessoas e pelas organizações da sociedade civil.

Mas os Clubes de Trocas, onde circulam moedas cunhadas por seus participantes são as experiências que mais vem ganhando expressão no Brasil, onde o uso de moedas alternativas à moeda oficial era uma prática relativamente pouco conhecida depois da independência, muito embora existam exemplos em que esta medida foi utilizada, mesmo depois de ter sido estabelecida uma moeda nacional única. Sabe-se do uso de moedas alternativas em Blumenau (1898), Porto Alegre (nas décadas de 1950 e 60), em Campina do Monte Alegre - SP (nos anos 1980). Singer (1999) assinala que os clubes podem ser considerados empreendimentos de economia solidária porque se preocupam em estabelecer novas relações sociais, favorecendo o crescimento solidário de seus membros. A economia solidária pretende transformar as relações econômicas baseada em princípios e postulados da cooperação, solidariedade e de inclusão.

Com a relevância do tema, o incentivo a essas experiências torna-se inclusive, objeto de políticas públicas, como é o caso do apoio do Ministério do Trabalho e Emprego/ Senaes, que pretende incentivar a construção de uma rede de bancos comunitários, espelhando-se no exemplo do Banco Palmas (CE). Esta experiência emblemática também foi referência para o novo governador do Ceará assumir o compromisso de apoiar a instalação de bancos populares e moedas sociais em número expressivo (fala-se em 300 novas moedas).

Os números surpreendem. *No Reino Unido a idéia do Lets (Local exchange trading system), sistema criado pelo canadense Michael Linton em 1980 em razão da recessão econômica advinda com a crise na indústria madeireira, surgiu em 1985, sendo que uma década depois já somavam 400 grupos, envolvendo cerca de 20.000 aderentes (Singer, 1999).* Experiências como estas foram observadas em diferentes países, sempre como paliativos nas épocas de recessão, no entanto, as moedas livres foram abandonadas não por serem inviáveis tecnicamente, mas ou como nos Estados Unidos em 1933 *por pressupor uma forte política de descentralização e enfraquecimento do poder federal, o que entraria em choque com os ideais de centralizar e controlar a economia, trazidos por Roosevelt através do New Deal (Lietaer, 2000) ou porque as políticas de bem estar passaram a ser responsabilidade do estado federal (Singer, 1999), ou como na França em 1958 por pressão dos serviços fiscais (Lietaer, 2000), ou como na Alemanha em 1931 onde o Banco Central alemão interditou o sistema, alegando o seu monopólio na emissão de moeda (Lietaer,*

2000), no Brasil, na década de 60, a experiência gaúcha foi abortada por um golpe militar de caráter altamente centralizador.

A preocupação é quanto essa expansão significa em termos de impacto social como instrumento de apoio ao Desenvolvimento Local e também sobre a Base Monetária. Singer ressalta que existem dois tipos de Lets: *os que enfatizam o papel econômico dos intercâmbios, promovendo o máximo crescimento dos clubes através do envolvimento com empresas dispostas a comercializar seus produtos via moeda comunitária, e os que priorizam seu papel social, procurando criar mercados comunitários em que participam apenas os produtores autônomos locais. Esses últimos preocupam-se em estimular as práticas solidárias e evitar as tendências concentradoras dos mercados "puros" (Singer, 1999).*

Com base nestas observações constata-se que *diversas tentativas de (re) criação de dinheiro "livre" estão adotando a terminologia de moeda social. Fica claro que essa adjetivação da moeda deriva da intenção de se casar uma nova forma de circulação monetária, com a implantação de iniciativas de caráter social. Isto é, busca-se, através da moeda social, fortalecer a organização comunitária,*

incentivar à criação de circuitos econômicos e culturais incluídos, combater a concentração financeira e inverter a lógica da desertificação monetária (Búrigo 2000).

Pergunta-se então qual a diferença na concepção destas experiências? A segurança de continuidade e sucesso é obtida pela confiança nos gestores, no lastro ou nos mecanismos de controle social?

Uma sondagem que permita uma aproximação da diversidade das experiências e da ordem de grandeza do valor movimentado por essas moedas torna-se, portanto, um instrumento essencial para a compreensão deste fenômeno social.

2. Procedimentos metodológicos:

- ✓ A partir da apropriação da literatura referente à temática da pesquisa, aqui apresentamos o itinerário e os procedimentos metodológicos relativo à fase de campo, ou seja, a coleta de informações que contou com a aplicação de entrevistas semi-estruturada e estruturada, ambas orientadas no sentido de responder objetivos desta sondagem.
- ✓
- ✓ Frente a demandas de políticas públicas e as recentes cooperações entre órgãos de Governo com Organizações não-Governamentais, entendemos que existem alguns problemas, entre os quais ressaltamos: como as políticas públicas de economia solidária podem apoiar as iniciativas de moedas sociais, no discurso e na prática, de forma a contribuir para a consolidação dos empreendimentos de economia solidária, sem que organizações que atuam com finanças e consumo solidário percam a sua autonomia e vínculo social fundador nas comunidades e localidades onde atuam? Os empreendimentos de economia solidária ao assumirem o papel de agentes de crédito de bancos oficiais podem estar colocando em risco a sua relação de proximidade e confiança – metodologia construída pelas experiências de finanças de economia solidária – com as populações locais, uma vez que não terão autonomia para negociar as obrigações e sanções, pois estas são prerrogativas dos bancos, submetidos às normas e lógicas do sistema financeiro.

- ✓
- ✓ Um aspecto desafiador para nós tem sido a metodologia desta Sondagem. Assim como as experiências se inserem em um contexto que revela a insurgência social, também como pesquisadores estamos nos rebelando com os modelos e procedimentos lineares, que antes de auxiliar ao encontro dos sentidos da práxis social, nos afastam pela rigidez dos instrumentos e etapas de investigação. Elaboramos um plano de estudo para esta Sondagem que se modificou ao longo do processo fruto de nossas incessantes buscas para compreender as informações com rigor teórico e respeito às práticas sociais. A importância da pesquisa social não está na sua capacidade de generalização e quantificação uma vez que a realidade é heterogênea, plural e complexa. A opção pela análise
- ✓
- ✓ qualitativa e quantitativa, imaginamos, contribui para entender os sentidos das moedas sociais para os trabalhadores, seus usuários, suas organizações associativas, e das demandas ao Estado, em um contexto de transformações, e numa conjuntura em que os órgãos de governo dão sinais de aprofundar o debate sobre esta temática.
- ✓
- ✓ Os clubes de troca e os bancos comunitários no Brasil, que fazem uso das moedas sociais, ainda são um campo de estudo empírico incipiente. Não temos conhecimento de estudos que contemplem a identificação e análises sobre essas práticas existentes com amplitude nacional.
- ✓
- ✓ O estudo exploratório se apresentou adequado para uma primeira imersão que não tem a pretensão de análise em profundidade. O seu papel consiste em identificar informações relevantes capazes de indicar investigações de maior fôlego posteriormente. Nesse sentido, ela tem seus limites.
- ✓
- ✓ A partir de tal compreensão, a coleta de campo foi dividida em duas partes: a primeira, no período de setembro a outubro de 2007, buscou identificar quais são, onde estão e seus interlocutores qualificados. Para tanto, utilizamos entrevistas semi-estruturadas, via correio eletrônico e telefone, com membros de governos, da Rede de Bancos Comunitários, da Rede de Trocas Solidárias e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, cujos dados resultaram na

montagem de um cadastro preliminar com nome, endereço, referência de contato etc que nos forneceu o universo para esta Sondagem, constituído de treze bancos comunitários e noventa clubes de troca, distribuídos na Região Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Um aspecto é comum neste universo: nenhuma experiência foi identificada na Região Norte, quer sejam de bancos ou clubes. Estas informações compõem os Quadros 1 e 2¹.

✓

Diante desse universo, construímos uma amostra intencional com os seguintes critérios: distribuição espacial, as experiências pioneiras e recentes, experiências

consideradas relevantes pelo conjunto dos entrevistados na primeira fase. Estamos trabalhando com uma amostra significativa e ilustrativa, com vinte e seis experiências, sendo onze bancos e quinze clubes, porém não representativa, em relação à diversidade das pessoas e instituições envolvidas nas experiências.

✓ A segunda parte compõe as visitas às experiências realizadas no período de novembro de 2007 a março de 2008. Quando em Porto Alegre, tivemos uma redefinição sobre a identidade do Conjunto Habitacional Rubem Berta, pois anteriormente ele constava para nós como um clube de troca. A entrevista foi fundamental para o seu reposicionamento na Sondagem como um tipo diferente de atividade de finanças solidárias, inclusive para compreendermos o porquê não se intitulam como banco e sim como Valor Circulante Local (VCL), apenas. Todavia, achamos por bem deixá-lo junto aos bancos, sem que isto determine um enquadramento, mas para efeito de nossas análises, já que operam com empréstimos.

✓

✓ Em termos percentuais, entrevistamos 84,61% do universo dos bancos comunitários em funcionamento no período de campo da pesquisa e 16,66% do universo dos clubes de troca, tomando como referência os Quadros 1 e 2.-

✓

✓ A respeito das experiências visitadas e suas localizações identificamos:

✓

¹ Quadros 1 e 2 – Identificação das Experiências

- quanto aos **clubes de troca**: quatro em São Paulo; um em Pernambuco, cinco no Rio Grande do Sul, dois no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no Paraná e um em Santa Catarina;
- quanto aos **bancos**: um na Bahia, quatro no Ceará, um no Piauí, um no Maranhão, dois no Espírito Santo, um no Rio Grande do Sul e um no Mato Grosso do Sul.

✓

✓ O contato com as experiências nos fez compreender a importância de entrevistar² alguns atores sociais de Organizações não-Governamentais e Agências de

✓

✓ Cooperação Internacional, evidenciadas como parceiros no surgimento dos clubes e dos bancos para compreender a visão destes atores sobre o contexto social do surgimento e os procedimentos operacionais metodológicos das organizações.

✓

✓ Foram entrevistados também gestores e servidores públicos³ para compreendermos a influência de tais experiências na elaboração, execução e ajustes de políticas públicas, particularmente de financiamento, e as perspectivas que se apresentam na conjuntura.

✓

Junto aos gestores públicos buscamos informações acerca: de conhecimento sobre práticas de moedas sociais; da visão da instituição sobre as práticas; ação ou política de apoio às práticas; do objetivo etc; da relação institucional com as práticas; das pretensões de atuação com os Bancos Comunitários; de aspectos jurídicos sobre o reconhecimento dos Bancos Comunitários; perspectivas e visão da instituição sobre a o marco legal, inclusive benefícios e riscos.

✓ Diante das especificidades dos clubes de troca e dos bancos comunitários construímos um instrumento para as entrevistas estruturadas e não estruturadas com uma parte comum e outra específica, particularmente para o banco comunitário. O instrumento contendo perguntas abertas e fechadas foi

² Entrevistas realizadas no período de novembro a dezembro de 2007 e janeiro de 2008. Ver lista no apêndice.

³ Entrevistas realizadas por Sheila Sztuttmann e Alzira Medeiros, no período entre dezembro de 2007 a janeiro de 2008. Estas entrevistas foram gravadas. Ver lista no apêndice.

testado (em novembro de 2007) resultando na elaboração de dois instrumentos pelas especificidades observadas.

✓

✓ Os instrumentos⁴ utilizados para a entrevista dos participantes dos clubes e bancos comunitários têm três campos⁵ contendo indicadores para a análise:

✓

- **Histórico das experiências** – sobre o surgimento no Brasil. Consiste em um breve histórico, incluindo aspectos como: surgimento da iniciativa; os principais atores envolvidos; o ano de implantação; aporte de recursos

inicial e as fontes implicadas; motivos e /ou problemas que levaram a criação dos mesmos.

- **As características das organizações.** Neste campo estão contidos:
 - a) concepção e organização (forma de organização; objetivo; visão dos atores envolvidos sobre moeda social; área geográfica de atuação); perfil social dos participantes (gênero, etnia, categoria social, renda, entre outros) e número total de pessoas envolvidas (até a data da entrevista);
 - b) gestão (formas de acesso, critérios de acesso, os espaços construídos de controle social, a relação com os usuários e entidades sociais e comunidades apoiadas);
 - c) modelo de operacionalização (captação de recursos, o uso dos recursos que retornam das movimentações; o lastro da moeda social, o cálculo e controle do lastro e sua relação com a moeda social; número de pessoas envolvidas na gestão, estrutura administrativa, volume de recursos movimentados ao ano - três últimos anos de 2004 a 2007);
 - d) principais tipos de atividades realizadas/apoiadas e periodicidade, produtos comercializados e produtos e serviços trocados com a moeda; formas de capacitação, as parcerias, material de orientação e meios utilizados para divulgação; desafios prioritários, perspectivas;

⁴ Ver instrumentos no apêndice deste Relatório.

⁵ Alguns destes campos de informação tomaram como referência a “Sistematização das Experiências de Fundos Solidários” realizada pelo Ibase e Cordel, em dezembro de 2007, para o Banco do Nordeste do Brasil.

- e) relação com a comunidade e o desenvolvimento (informações referentes à incidência sobre meio ambiente e a participação em fóruns e redes); os desafios, os avanços e as perspectivas.
- **Incidência sobre as políticas públicas.** Este campo contém aspectos referentes aos benefícios e riscos de uma possível normatização das moedas sociais pelo Estado e as sugestões frente a esta possibilidade pelos entrevistados, aplicado apenas aos bancos comunitários.
- ✓ No total foram realizadas trinta e uma entrevistas⁶ através de visitas *in locus* e seis através de correio eletrônico, por diferentes motivos; vinte e uma entrevistas com os interlocutores dos bancos e clubes; quatro com servidores e gestores; seis com atores sociais.
- ✓
- ✓ As visitas, sempre agendadas com antecedência, quase sempre resultaram em entrevistas realizadas com mais de uma pessoa, aproximando esta Sondagem do método de observação com reflexões e debates entre os entrevistados que também nos interpelavam e vice-versa. Nos clubes de troca, por exemplo, chegamos a presenciar e participar das trocas e sentir de perto e compreender como se realizam as atividades, os rituais, o controle social e a formação do lastro da moeda social.
- ✓
- Aplicadas as entrevistas, as informações foram processadas e sistematizadas por temas, agregadas informações que favorecessem a análise e considerações finais. O resultado das entrevistas compõe um “bloco” que se encontram no apêndice deste Relatório.

No capítulo 4 estão descritas as experiências visitadas e suas características, entre outros aspectos. Apenas neste capítulo e no item 5.3 do capítulo 5, vamos nos referir explicitamente a cada organização. Nos outros, optamos por não citar a identificação. As declarações na íntegra estão disponíveis no bloco de entrevistas, caso seja necessário qualquer para elucidação.

⁶ Entrevistas realizadas por Alzira Medeiros, Karina Holanda e Sheila Sztutman. Com algumas entrevistas foi necessário complementar dados por correio eletrônico e telefone. Ver lista das pessoas entrevistadas no Apêndice

✓ Os dados secundários foram obtidos através da leitura de relatórios das Redes de Bancos Comunitários e de Trocas, e das outras publicações listadas no apêndice.

✓

✓ 3. Referenciais teórico-metodológicos

✓

As moedas sociais reaparecem no cenário mundial a partir dos anos 1980⁷ do século passado. Particularmente, na América Latina, é a Argentina⁸ que apresenta maior vigor. No começo do século na crise dos anos trinta, ela foi utilizada em alguns países da Europa, sendo no município de Worgl, Áustria, a sua expressão mais emblemática⁹. Nos EUA ela aparece também neste período, o da Grande Recessão. Não estamos, portanto, diante de um fenômeno social, cultural e econômico inédito na história das sociedades para enfrentar crises.

Os componentes centrais que evidenciam grandes transformações no mundo, no final do século XX, portanto, associadas ao reaparecimento das moedas sociais, são: o movimento dos capitais que exige espaço e quebra das antigas fronteiras pactuadas no pós-guerra – regidas pelo Estado-nação, tornando mais complexas as definições políticas por cada Nação; a revolução tecnológica, e a transnacionalização dos capitais que se fizeram acompanhar da reestruturação produtiva com relações contratuais de trabalho via a terceirização.

Poderíamos dizer que esta fase, segundo Jamenson¹⁰, seria a plena instalação do capitalismo preconizada por Marx, tanto no que se refere ao progresso máximo de desenvolvimento das forças produtivas, a quebra das fronteiras nacionais para a expansão da acumulação do capital através da reestruturação dos processos

⁷ No Brasil, no começo dos anos 60 o então governador do rio Grande do Sul, Leonel Brizola, emitiu títulos da dívida pública ao portador, com autorização do poder Legislativo, as “Brizoletas”. Eram utilizadas para solver a dívida pública e em compensação, os credores podiam utiliza-las para pagamento de tributos, assim como poderiam ser utilizadas como moeda corrente para depósitos nas instituições financeiras do Estado. As Brizoletas, como a oposição depreciativamente apelidara, entraram rapidamente em circulação, paralelamente ao dinheiro da União, detentora do monopólio de emitir moedas. No início eram aceitas e equiparadas à moeda legítima, mas com o tempo os credores começaram aplicar deságio, até que as Brizoletas sumissem.

⁸ Segundo Ruth E. Soriano (2002, p. 2), as redes Argentinas foram declaradas de interesse nacional em 20/12/2000.

⁹ ALBUQUERQUE, 2002. Na década de 1920 a 1930, segundo Ruth E. Soriano (2002, p. 1), experiências na Europa e EUA foram influenciadas pelo austro-alemão Silvio Gessell (1862-1930) - que idealizou um *mercado sem capitalismo* e que defendia a idéia de *oxidar as moedas*, estimulando a circulação do dinheiro, através de taxas de juros negativas e fortalecendo, conseqüentemente, a economia local. (Grifo da autora)

¹⁰ JAMENSON, 1985.

produtivos, denominada de acumulação flexível, na qual a tecnologia da velocidade constitui o elemento propulsor. A velocidade do giro constitui a mola

mestra para garantir que a produção, a distribuição e o consumo sejam feitos no menor espaço de tempo possível. O modo de trabalhar se reconfigura e com isto há uma crise de representação social pelas relações difusas que engendram. O trabalhador não está mais se relacionando diretamente com um patrão no seu espaço físico de trabalho, bem como os direitos sociais, historicamente conquistados são postos à prova.

O capitalismo passa a se nutrir desta flexibilização para ampliar a velocidade da acumulação¹¹. Suas âncoras são a tecnologia das comunicações que imprimiram uma velocidade impressionante via Internet, tv a cabo, telefonia celular entre outros e a logística de transporte. Esta velocidade da acumulação interessa fundamentalmente ao capital financeiro que é capaz de munido de tais ferramentas, capturar *on line* a poupança e a renda das populações em qualquer parte do mundo; aos grandes capitais transnacionais que dominam o sistema de distribuição da produção no mundo. Estas tecnologias vão permitir a acumulação movimentar, independente de fronteiras físicas, a circulação de bens econômicos e simbólicos no mundo. É nessas condições que determinados locais interessam ao grande capital para nutrir-se e retirar proveito de suas especificidades, entre elas sua capacidade instalada e sua logística.¹²

Em diferentes partes do mundo, notadamente nos países da periferia, existem populações impedidas de trabalhar para garantir a reprodução da vida. E são condenadas a migrar na esperança de conseguir sobreviver em outros lugares, de preferência nos países do centro, já que na periferia não há possibilidades. Todavia, o centro não está atuando apenas no seu espaço geográfico, ele está no espaço da periferia¹³ e o que “importa é a distribuição do tempo e do tempo real que organiza o espaço e as redes [do capital]”¹⁴.

¹¹ HARVEY, 1993.

¹² BACELAR, 2008.

¹³ HALL, 2000.

¹⁴ VIRILIO. (final da década de 1980, p. 136). (Grifo nosso).

A tecnologia, se por um lado auxiliou a vida das pessoas em diversos serviços, principalmente nos grandes centros urbanos, por outro lado imprimiu um alto

preço, entre eles o desemprego estrutural com a automação, o aumento da produtividade e do consumo levando a um questionamento sobre os rumos que tal modelo de desenvolvimento predatório estava impondo ao planeta. A crise ambiental é resultado do padrão da acumulação capitalista de modo como a natureza é utilizada.

Desde a década de 80, as mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas são acompanhadas por elevada concentração de renda e por novas formas de exclusão social no Brasil e na maioria dos países, inclusive europeus¹⁵.

O desemprego estrutural crescente excluiu segmentos importantes da população tornando ineficazes as políticas públicas de proteção social centradas nos indivíduos que são absorvidos pelo mercado de trabalho, com vínculo contratual clássico. O Estado-providência entra em falência a partir do instante que o mercado de trabalho organizado revela-se como um sistema relativamente restrito e incapaz de englobar massas consideráveis ou de excluídos historicamente¹⁶.

O mundo do trabalho assalariado entrou em crise e está em mutação; a inserção das pessoas está mudando e o trabalho autônomo, ou sob a forma de cooperação, está crescendo.

Emergem, ainda no século XX, outras categorias de referência para as ciências sociais como gênero, etnia e geração para se somarem à classe social e explicar a situação de dominação, exclusão e outras formas de opressão social.

Frente a esse contexto de mudanças um conjunto de iniciativas tem promovido:

“[...] a gestação de uma outra globalização, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e ao qual sentem ter direito”¹⁷.

¹⁵ FURTADO, 1998.

¹⁶ MARTINS, 2006, p. 245 - 247.

¹⁷ SOUZA SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 15.

É nesse ambiente que experiências como moedas sociais através de clubes de troca e dos bancos comunitários vêm ganhando expressão no Brasil. Os primeiros principalmente no Sul e Sudeste, a partir da década de 90, e os bancos com expressão no Nordeste, principalmente no Ceará, cuja experiência pioneira emergiu no final da década de 1990, decorrente da luta pela terra e infra-estrutura urbana no Conjunto Palmeiras (Fortaleza) com o Banco Palmas.

A metodologia qualitativa da Sondagem compreende a utilização de um estudo exploratório, tipo de pesquisa escolhida que trata de experiências sociais relativamente recentes, que entendemos seja a situação, o que não nos distancia da pesquisa aplicada (que permite intervir e mudar)¹⁸ já que um dos objetivos é de subsidiar políticas públicas. Do ponto de vista do método de análise, estamos mais próximas do método de análise circular¹⁹, guardando as proporções e limites deste estudo.

O uso de moedas paralelas pelos movimentos populares tem se apresentado como um fenômeno de “movimentos sociais em várias partes do mundo que estão criando novas formas de dinheiro, geradas e respaldadas pelas comunidades. Essas experiências estão alterando o paradigma do dinheiro e questionando suas bases práticas e teóricas”²⁰ As experiências dos LETS - Local Exchange Trading System – em Vancouver (Canadá), como moeda complementar na década de 1980 e os SEL – Système d’Exchange Local – na França, em 1994, que não se referencia na moeda oficial, pois utiliza a unidade hora de trabalho para definir o valor das trocas, atingem cerca de 60 mil pessoas do meio urbano e rural²¹. Tudo isso, revela, a crítica à “[...] sociedade de mercado”, na qual o dinheiro enquanto reserva de valor é visto como um de seus maiores mitos.”²²

¹⁸ LAVILLE, 1999.

¹⁹ QUIVY e CAMPENHOUDT. 2005, p. 235.

²⁰ ALBUQUERQUE, 2002, p. 58.

²¹ SORIANO, 2002, p. 2.

²² BÚRIGO, 2001, p. 16.

O surgimento das iniciativas de moedas sociais acontece em um contexto marcado profundamente pela “[...] hegemonia das políticas neoliberais, e que defendem o ajuste estrutural do Estado e acarretam novas ondas de desemprego, de recessão econômica e de redução das políticas de bem estar” [...]”²³. E vem a ser:

“uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberdade dos movimentos do capital que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero”²⁴.

Tais respostas têm revelado uma cidadania ativa nas localidades [...] resultado do esforço bem-sucedido de conversão da energia caótica urbana numa vontade política democrática e solidária entre os mais pobres²⁵.

✓ Por outro lado, na agenda macro-econômica do governo a prioridade são os grandes investimentos, focados na exportação de produtos primários e insumos semi-elaborados, a atração de inversões estrangeiras e a internacionalização de grandes empresas brasileiras. Ou seja, uma política que está na contramão dos princípios distributivos e ambientalmente sustentáveis que propõe a economia solidária e a cidadania democrática.

✓

Em um cenário marcado por tais opções, é possível prever uma tendência pela utilização de moedas sociais pelos segmentos populares, a partir do seu caráter anticíclico: a moeda social é criada quando a moeda oficial não circula o suficiente para responder a potenciais necessidades da população. Assim, a sua relação é inversa: quanto mais moeda oficial circulando menos moeda social²⁶. Por isso, “são, muitas vezes, empregadas em regiões onde as moedas nacionais não penetraram muito”.²⁷ A história das moedas sociais²⁸ revela que as mesmas são

²³ BÚRIGO, 2001, p. 16.

²⁴ SINGER, 2003, p. 116-117.

²⁵ MARTINS, 2006, p. 247.

²⁶ FREIRE, 2007.

²⁷ ALBUQUERQUE *et al*, 2002.

²⁸ ALBUQUERQUE *et al* 2002; FREIRE, 2007.

perfeitamente toleradas pelos Bancos Centrais, até o momento que não venham pôr em risco as normas de circulação da moeda oficial que tem como orientação a política monetária. Exemplo disso aconteceu em 1994, em Campinas-SP, quando a Prefeitura instituiu uma moeda complementar à moeda oficial nacional²⁹.

A Sondagem não se propõe analisar a questão do dinheiro e sua erupção na história das trocas humanas. Mas estamos de acordo com os que vêem o surgimento da moeda como algo espontâneo e regulado por uma convenção ou institucionalidade, de acordo com a história social e de organização política de cada país, região etc. Ou seja, as sociedades determinam a institucionalidade da moeda, o que não quer dizer que esta seja exercida de forma democrática, sempre.

Nesta mesma perspectiva de debate se faz necessário trazer o que se entende por economia, pois nos últimos tempos tem sido utilizada como sinônimo de mercado. A economia é, portanto, definida como:

o sistema de instituições e práticas que se dá numa comunidade ou numa sociedade de comunidades ou indivíduos para definir, mobilizar o gerar, distribuir e organizar combinações de recursos (relativamente escasso ou não), com o propósito de produzir, trocar e utilizar os bens e serviços úteis para satisfazer da melhor maneira possível, e através das gerações, as necessidades que se estabelecem como legítimas de todos os seus membros.³⁰

- ✓ A pesquisa toma como definição para moeda oficial: “*única*: responde apenas a uma autoridade monetária³¹; *exclusiva*: é a única que possui o poder generalizado de compra; e, *propriedade do Estado*: confere poder do Estado dentro de seu território”³².
- ✓
- ✓ A moeda está submetida a um controle político de uma autoridade central do Estado que normatiza a circulação e ‘disponibilização’ da moeda. Nos últimos
- ✓
- ✓ séculos, essa ‘disponibilização’ esteve submetida à lógica da escassez, *pari*

²⁹ ALBUQUERQUE *et al*, 2002

³⁰ CORAGGIO, 2007. Texto traduzido pela equipe técnica da Sondagem.

³¹ Existem duas moedas oficiais no Brasil: a fiduciária de emissão não lastreada e monopolizada pelo Estado e a bancária: criada pelos bancos comerciais amplamente usadas em transações, segundo FREIRE, 2007 apud LOPES e ROSSETI, 2005. E são reguladas e supervisionadas pelo Banco Central.

³² Blanc apud BÚRIGO, 2001, p. 12 e 13. (Grifo do autor).

passu a transformação da moeda em mercadoria. Tal processo tem provocado na história recente duas funções de uso da moeda: uma que circula no âmbito da produção e consumo e outra no âmbito financeiro. A tendência da acumulação financeira é tirar de circulação a moeda oficial induzindo a escassez para ampliar os lucros com a valorização provocada pela especulação, quer seja no âmbito de cada país ou no mercado financeiro global, esta última predominando.

- ✓
- ✓ No debate conceitual de profundas divergências sobre o conceito de moeda social, que revela os sentidos políticos, a entendemos como instrumento e ou sistemas de pagamento, criados e administrados pelos próprios usuários por meio de uma associação sem fins lucrativos, a partir de relações econômicas baseadas na cooperação e solidariedade dos participantes de determinadas comunidades, independente do exercício de atividades de intermediação financeira³³.
- ✓ Neste espaço, as associações, em geral:
- ✓
 - ✓ [...] criam a demanda que falta e, ao mesmo tempo, as pessoas satisfazem suas necessidades comprando produtos umas as outras. Trata-se de um “ovo de Colombo”, cujo segredo está na emissão de uma moeda própria [...] que gera a demanda ao monetarizar as necessidades insatisfeitas dos membros.³⁴
 - ✓

As moedas sociais são produzidas e gerenciadas pelos próprios usuários para enfrentar a escassez de dinheiro como forma de distribuir riqueza, em vez de concentrá-la.³⁵ A escassez da moeda pode ser explicada, entre outros fatores, “porque o Banco Central impede aos bancos de emprestar a todos que solicitam crédito para comprar bens de consumo e de produção.”³⁶

Ao exercerem uma prática na contramão desta lógica, e:

- ✓ [...] ao dotar seus membros de poder aquisitivo adicional, sob a forma de abertura de crédito ou a entrega de uma pequena soma de moeda comunitária [os bancos e clubes] anulam de

³³ Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, 2006.

³⁴ SINGER, 1999. Tradução do texto original em espanhol pela equipe técnica da Sondagem.

³⁵ PRIMAVERA, 2003, p. 193.

³⁶ PRIMAVERA, 2003, p. 193.

- ✓ certa
- ✓
 - ✓ forma a intenção monetária do Banco Central e assim leva ao crescimento da demanda efetiva.³⁷
- ✓
- ✓ Outro aspecto significativo é que a [...] “a moeda social não tem valor de reserva uma vez que não utiliza taxas de juros”.³⁸
- ✓
- ✓ Estudiosos classificam a moeda social como fiduciária – baseada na confiança entre membros de uma comunidade [...] “e tem um valor que lhe foi atribuído pelo valor das mercadorias que pode comprar”³⁹; esta pode servir de troca direta por bens e serviços lastreada por uma referência externa (hora de trabalho, por exemplo); e de troca mútua (recíproca) referenciada no valor da moeda oficial, ou por alguma outra convencionada pelos seus participantes/usuários⁴⁰.

Estas compreensões favorecem a Sondagem que tem por objetivo, também, subsidiar as políticas públicas e, ainda, refletir sobre como as economias locais – produção de bens e serviços com centralidade no trabalho – podem se relacionar nos circuitos financeiros de forma a ‘proteger’ seu excedente e garantir mecanismos de redistribuição social e espacial? Como a economia popular e solidária se relaciona com a economia mercantil, via o sistema financeiro? É possível outra lógica monetária? A Sondagem não tem a pretensão de responder a esta magnitude de problemas, mas o que estamos tratando se encontra no campo deste debate.

A literatura apresenta de uma maneira geral, procedimentos e regras estabelecidas para as moedas como “[...] trocas acordadas diretamente entre as partes [...] as contas devem estar disponíveis à verificação de todos os seus integrantes”;⁴¹ a moeda social é cunhada, emitida e rastreada pelos membros⁴².

³⁷ SINGER, 1999.

³⁸ PRIMAVERA, 2003, p. 193.

³⁹ SOARES, 2006.

⁴⁰ SCHRAVEN, 2001 apud FREIRE, 2007, p. 10.

⁴¹ ALBUQUERQUE, 2002, p. 65 a 69.

⁴² Existem trocas com moedas sociais que não utilizam vales cunhados. Ex: os Bancos de Semente Crioulas, cuja experiência emblemática está na Paraíba com o Banco Semente da Paixão. Assim como existem experiências com cartões de crédito populares (não magnéticos), entre outras.

Diante disto, o seu uso é de complementariedade a moeda oficial no Brasil? Todas as moedas sociais funcionam da mesma forma? Onde funcionam e como são trocadas? Como se dá esta relação e a quem cabe interceder nas trocas e câmbios? As respostas são importantes para revelar as relações sociais estabelecidas na gestão desse processo, que merecerá destaque na análise dos dados empíricos considerando que compõem relações de trabalho assentes na busca do exercício da autogestão e da democracia interna das organizações.

Como já nos referimos anteriormente, as experiências de moedas sociais dos setores populares no Brasil e na América Latina têm sido observadas como os espaços para onde ocorrem “[...] pessoas desempregadas ou subempregadas e que têm potencial produtivo, mas que não é aproveitado por falta de demanda e necessidades insatisfeitas por falta de dinheiro”[...]⁴³. As causas também já foram apresentadas.

Tais práticas são relacionadas às experiências da economia popular solidária cuja centralidade é o trabalho exercido de forma associativa para a superação das desigualdades históricas, da exclusão e buscam outro desenvolvimento, baseado na sustentabilidade ambiental, na equidade e na redistribuição de riquezas. Estudiosos consideram a economia solidária imbricada numa pluralidade de princípios econômicos onde interagem:

“distintas fontes de recursos desde a economia mercantil [venda de bens e serviços], não-mercantil [subsídios do Estado e/ou de fontes não-governamentais] e não-monetárias [oriundos das práticas recíprocitárias – o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca-dádiva]”⁴⁴.

Por sua vez, as finanças solidárias, da qual os bancos comunitários fazem parte com cooperativas de crédito, fundos solidários etc, são vistas como instrumentos que:

“se constituem em formas de democratização do sistema financeiro (oficial) ao procurar adequar-se às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território [...] construída sob a égide da ética e da solidariedade criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente teria que ser

⁴³ SINGER, 1999. (Grifo do autor)

⁴⁴ FRANÇA FILHO et al, 2004, p.167. (Grifo nosso).

integrado e sustentável”⁴⁵.

O desenvolvimento local e ou territorial como processo endógeno, em algumas localidades, é articulado e promovido pela participação dos atores sociais locais e por governos, que socialmente buscam compartilhar estratégias que transformem coletivamente as condições no presente, cuidando para estabelecer os imbricamentos entre os espaços locais, territoriais, regionais e nacional”⁴⁶.

A maioria das iniciativas de economia solidária traz consigo uma característica que é o agir no espaço público – publicizar os problemas da sociedade. Esta prática, nos últimos cinco anos, tem buscado estabelecer relações de cooperação com o Estado – nas esferas municipais, estaduais e federal, bem como organizado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) espaços de participação como a I Conferência Nacional de Economia Solidária⁴⁷.

A Sondagem procurou conhecer ainda, sob o ponto de vista dos entrevistados e entrevistadas, as impressões sobre a normatização: suas vantagens, riscos e o que sugerem.

Na relação entre as organizações civis e o Estado se encontra um desafio contemporâneo da construção democrática: a relação das organizações da sociedade civil com os governos e o Estado. Nesta relação observamos as seguintes questões: 1) a transferência para a sociedade civil da execução das políticas públicas que são da inteira responsabilidade e competência do Estado; 2) a questão da autonomia das organizações da sociedade civil frente ao Estado; 3) o princípio de universalização do direito de acesso à política pública; 4) a equidade e distribuição da riqueza. Nesta reflexão estamos todos a buscar elementos que nos auxiliem a redefinir os sentidos do Estado e do Público. Mas, partimos da visão que as decisões sobre as normas e regras da economia remetem a uma comunidade política e não o contrário como pensa

⁴⁵ COELHO, 2003, pág. 153.

⁴⁶ SILVA, 2005.

⁴⁷ A conferência foi realizada em junho de 2006, em Brasília. Nesse mesmo ano, foi instalado o Conselho Nacional de Economia Solidária, o qual havia sido criado, por força de Decreto Lei Federal, em 2003, junto com a própria SEANES, como órgão do Ministério de Trabalho e Emprego. Existem experiências em mais de 70 municípios brasileiros e em alguns Governos Estaduais com ações e políticas de economia solidária, alguns anteriores ao governo federal.

a visão utilitarista. Ou seja, a análise da normatização é feita do ponto de vista das

relações sociais e da pluralidade de princípios econômicos – do Estado, mercantil, economia solidária. O limite que se coloca é entre a visão neoliberal do Estado – que transfere para as organizações a responsabilidade do Estado – e processos emancipatórios. Assim, buscando respostas para além de relações emergenciais e circunstanciais de crise.

Utilizou-se como referência o que já vem sendo construído pela Senaes e pelos movimentos sociais que compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária em diferentes espaços públicos e através de diversas formas de participação. A I Conferência Nacional⁴⁸ [...] considera o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões”. A Resolução 16 dos Anais da I Conaes considera que a economia solidária vem praticando o que podemos chamar:

[...] de desenvolvimento comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados com respeito à diversidade de raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa.

A política de economia solidária, nesse sentido, deve “ser uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário”, diz, ainda, a resolução.

Com este referencial têm sido construídas as ações e programas da Senaes. Desde 2005 vêm sendo mapeado os empreendimentos de economia solidária no Brasil, que culminou com a instalação do Sistema Nacional de Informação (SIES – Senaes/MTE)⁴⁹. No SIES, o banco comunitário e o clube de troca são considerados empreendimentos econômicos solidários (EES): o primeiro no campo das finanças e o segundo no campo do consumo. Para o SIES, são considerados EES organizações:

⁴⁸ Resolução 16 dos Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2006. Disponível em www.mte.gov.br

⁴⁹ Os dados de 2007 identificaram cerca de 22 mil EES e cerca de 1.750.000 trabalhadores associados. Ver Atlas da Economia Solidária. www.mte.gov.br/sies

a) coletivas: serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc [...] trabalhadores dos meios urbano e rural [...]; b) permanentes e aqueles que estão em processo de implantação [...]; c) com registro legal ou não; d) realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Fica claro que as experiências de moedas sociais são visíveis para os Órgãos do Governo Federal e para o Conselho Nacional de Economia Solidária – espaço em que participam mais de nove ministérios, entre os quais Planejamento e Casa Civil e todos os Bancos Públicos. Todavia, de que maneira as experiências de moedas sociais se relacionam com as resoluções da conferência? E para as políticas e gestores, que referência possui essas resoluções quando propõem uma normatização?

Finalmente, a Conferência, na Resolução 78, afirma que se faz necessário:

uma ação voltada à democratização do crédito que deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs [Organização Social Civil de Interesse Público] de microcrédito, **os bancos comunitários**, as fundações públicas e **os fundos públicos de desenvolvimento**, além dos **fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social com formas criativas de lastros**. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, **o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros.** (Grifo nosso)

Supõe-se que o conjunto destas questões favorece a possibilidade de trabalhar com as seguintes categorias na análise desta Sondagem: 1) moedas sociais e

desenvolvimento comunitário/local sustentável; 2) a gestão e operacionalização: uma nova sociabilidade; 3) a relação com as políticas públicas.

Finalmente, a Sondagem não irá oferecer recomendações operativas e/ou funcionais. Deixemos isto para a pactuação social na comunidade política, já que a relação dinheiro e ação social deriva menos de uma racionalidade econômica e mais de uma hegemonia política⁵⁰.

4. Problemas, motivações e estratégias de moedas sociais

Este capítulo abre a análise dos dados empíricos a partir dos Quadros 1 e 2 abaixo, com todas as iniciativas que foram coletadas através de pesquisa de dados secundários no período de campo, as quais serviram de referência para a construção da amostra qualitativa da Sondagem; o Quadro 3 - Bancos e Quadro 4 – Clubes de Troca compõem as iniciativas visitadas e entrevistadas.

- ✓ O capítulo também aborda os problemas e contexto em que se encontravam as populações participantes, as motivações e estratégias na criação dos clubes de troca e dos bancos comunitários.

⁵⁰ ALBUQUERQUE, 2003, p. 203.

Quadro 1 – Identificação das experiências - Bancos

Nome do Banco Comunitário	Município	UF	Comunidade de Atuação	Moeda	Entidade Responsável pela Execução
Eco-Luzia	Simões Filho	BA	Santa Luzia (500 hab)	Eco - Luzia	Assoc. dos Mor. De Santa Luzia
Palmas	Fortaleza	CE	Conj. Palmeira (30.000 hab)	Palmas	Assoc. dos Mor. Do Conj. Palmeira
Empreendedores de Maranguape	Maranguape	CE	Sapupara (3.000 hab)	Prata	CREDMACIÇO - Ong
Bassa	Santana do Acaraú	CE	Todo o Município (26.000 hab)	Santana	Forum dos Assent. De Santana do Acaraú
Serrano	Palmácia	CE	Todo o Município (10.000 hab)	Palmeira	Assoc. para o Desenv. Sust. De Palmácia
Paju	Maracanau	CE	Pajuçara (40.000 hab)	Maracanã	Conselho Comunitário de Pajuçara
Dos Artesãos	Irauçuba	CE	Missi (3.000 hab)	Ta	Assoc. dos Artesãos do Missi
De Desenvolvimento de Beberibe	Beberibe	CE	Todo o Município (18.000 hab)	Ab	Assoc. dos Assentados de Beberibe
PAR	Paracuru	CE	Boa Esperança e Riacho Doce	Par	Assoc. Banco PAR de Desenv. E Econ. Solidária
BEM	Vitória	ES	Bairro da Penha, São Benedito e Itararé	Bem	Assoc. de Artesãos Ateliê de Idéias - Artideias
Terra	Vilha Velha	ES	Bairro Vermelho (10.000 hab)	Terra	MOVIVE
PIRAPIRÊ	Dourados	MS	Todo o Município (180.000 hab)	Pirapirê	Mulheres em Movimento
Quilombolas de Alcântara	Alcantara	MA	Todo o Município	Guara	Associação Comunitária
Rubem Berta	Porto Alegre	RS	Bairro Rubem Berta	Rubi	Associação dos Moradores
Artepalha	Palhano	CE	Abrange uma Localidade de 8.700hab	Castanha	Associação dos Artesãos de Pallhano
Feiticeiro	Tamboril	CE	Sede do Município	Acaraú	Federação das Associações de Tamboril
Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	CE	Sede do Município	Serra	Coop. De Agricultores de Monsenhor Tabosa
Bansol - Banco Solidário	Madalena	CE	Macaoca	Sol	Associação Comunitária Antônio Conselheiro
Serra Azul	Ibaretama	CE	Sede do Município	Ibaré	Associação Com. dos Moradores de Oiticica
Ocardes	Ocara	CE	Sede do Município	Tupi	Ass. Comunitária Ocareense de Com. e Cultura
Sertanejo	Choro	CE	Sede do Município	Sabiá	Instituto de Desenvolvimento do Choró
Padre Quiliano	Caridade	CE	Campos Belos	Caribelos	Associação Cristã do Açudinho
Juazeiro	Ibaretama	CE	Distrito de Juá	Cactos	Ass. De Jovens Emp. De Juá - AJE
Amizade	Ibaretama	CE	Bairro Juazeiro	Cactos	Ass. Comunitária do Bairro Cruzeiro
Tremembé	Itarema	CE	Almofala	Ita	Comunidade Indígena de Almofala
Beira-Rio	João Pessoa	PB	São José	Rial	

Fonte: dados secundários, Sondagem Moedas Sociais, 2008.

Quadro 2 - Identificação das experiências - Clubes de troca

Nome do Clube	Município	UF	Moeda	Situação durante a realização da pesquisa
Região Sudeste				
GOTI	São Paulo	SP	Bônus	ativo
Col. Ayres Neto	São Paulo	SP	Bônus	ativo
Jardim Rubilene	São Paulo	SP	Bônus	inativo
13 Luas	São Paulo	SP	Lua	inativo
Marsilaque	São Paulo	SP	Lua	inativo
Grajaú	São Paulo	SP	Fortuna	inativo
Mil Girassóis	São Paulo	SP	Girassol	inativo
CECCO Santo Amaro	São Paulo	SP	Talento	ativo
Imirim	São Paulo	SP	Girassol	inativo
Assoc. Minha Rua Minha Casa	São Paulo	SP	Miruca	ativo
Jardim Ângela	São Paulo	SP	Futuro	ativo
Porto Feliz	Porto Feliz	SP	Bônus	sem informação
Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	SP	Bônus	sem informação
Cosmovisão	São Paulo	SP	sem informação	sem informação
Casa da Acolhida Marista	Tijuca	RJ	Marista	ativo
Quilombo da Serra	Teresópolis	RJ	Tupi	ativo
Mutirão Catete	Rio de Janeiro	RJ	Tupi	sem informação
Mutirão Anchieta	Rio de Janeiro	RJ	Tupi	sem informação
Mutirão Caxias	Duque de Caxias	RJ	Tupi	sem informação
Flor e Ser	Rio de Janeiro	RJ	Flor	sem informação
Casa-Sol	sem informação	RJ	sem informação	sem informação
Vivendo e Aprendendo	Viçosa	MG	Café	ativo
Escambo	Belo Horizonte	MG	Colibri	inativo
CAV	Turmalina	MG	sem informação	sem informação
Feirantes de Turmalina	sem informação	MG	sem informação	sem informação
Vila Velha	Vilha Velha	ES	sem informação	sem informação
Região Sul				
Ecosol	Florianopolis	SC	Ecosol	ativo
Armação	Florianopolis	SC	Peri	sem informação
13 Luas	Imbituba	SC	Kin	sem informação
Chá das Fadas	Florianopolis	SC	sem moeda	sem informação
Vale dos Sorrisos	Itajaí	SC	Sorrisos do Vale	sem informação
Sorrisos do Mar	Balneário Camboriu	SC	Sorrisos do Mar	sem informação
Itajaí	sem informação	SC	sem informação	sem informação
Mandala	sem informação	SC	sem moeda	sem informação
Pampa Vivo	Novo Hamburgo	RS	Pampa Vivo	ativo
Nome do Clube	Município	UF	Moeda	Situação

SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL
 Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – CORDEL / Banco do Nordeste do
 Brasil

				durante a realização da pesquisa
Guajuviras I	Canoas	RS	Guajuviras	ativo
Guajuviras II	Canoas	RS	Guajuviras	ativo
Zona Norte de P. Alegre	Porto Alegre	RS	Obirici	ativo
Rio Grande	Rio Grande	RS	Grandino	ativo
Escambo	Porto Alegre	RS	sem informação	sem informação
Extrema Zona Sul	Porto Alegre	RS	sem informação	sem informação
Boa Vista I	Rio Grande	RS	Boa Vista I	sem informação
Castelo Branco II	Rio Grande	RS	sem informação	sem informação
CIBRAZÉM	Rio Grande	RS	sem informação	sem informação
Augusto Passo Dorneles	Viamão	RS	Augustus	sem informação
Santa Isabel	Viamão	RS	Ybiamon	sem informação
Esmeralda	Viamão	RS	Ybiamon	sem informação
Extrema	Porto Alegre	RS	Extrema	sem informação
Alegrete	Alegrete	RS	Guará	sem informação
Cachoeirinha	Cachoeirinha	RS	Cachoeira	sem informação
Cassino	Rio Grande	RS	Cassino	sem informação
Sorriso Pelotas	Pelotas	RS	Sorriso	sem informação
Extremo Sul de Porto Alegre	sem informação	RS	sem informação	sem informação
Coletivo Planta Sonhos	sem informação	RS	sem informação	sem informação
Pinhão (21 Grupos)	Curitiba	PR	Pinhão	ativo
Nossa Senhora do Rócio	São José dos Pinhais	PR	sem informação	ativo
Nossa Senhora de Lourdes	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Unidos para Vencer Perpétuo do Socorro	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Campo alto Comunidade Bom Jesus	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Santa Paula	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Jardim Paraíso	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Nossa Senhora da Luz	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Nossa Senhora Aparecida	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Vila Odete	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Castanheira	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Economia Solidária da Associação Bom Jesus	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Ponta Grossa	sem informação	PR	Taça	sem informação
Associação Coragem Irati	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Santa Helena	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Vila das Flores	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Nossa Senhora das Vitórias	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Vila Fany	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Estrela da Manhã	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Comunidade São Tiago	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Vila Liane	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Nome do Clube	Município	UF	Moeda	Situação durante a

*SONDAGEM DAS EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS ALTERNATIVAS EM CURSO NO BRASIL
Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – CORDEL / Banco do Nordeste do
Brasil*

				realização da pesquisa
Amigos da Troca	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Nossa Senhora das Graças	sem informação	PR	sem informação	sem informação
Pinhão do Irati I	Irati	PR	Pinhão	sem informação
Pinhão do Irati II	Irati	PR	Pinhão	sem informação
Amizade	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Recosoma	Mandirituba	PR	sem informação	sem informação
Fonte da Vida	Colombo	PR	sem informação	sem informação
Pantanal I	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Pantanal II	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Amigos	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Beija-Flor	Pinhais	PR	sem informação	sem informação
Esperança	Pinhais	PR	sem informação	sem informação
Esperança Real	Pinhais	PR	sem informação	sem informação
São Pedro	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
R. Esperança I	Piraquara	PR	sem informação	sem informação
R. Esperança II	Piraquara	PR	sem informação	sem informação
Vila Esperança	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Profeta Elias	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Girasol	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Santo Aníbal	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Novo Amanhecer	Colombo	PR	sem informação	sem informação
São Paulo	Curitiba	PR	sem informação	sem informação
Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste				
Abra 144	Manaus	AM	União	sem informação
GEP	Vitoria da Conquista	BA	GEP	sem informação
GAMA	Alto Paraíso	GO	Cristal (unidade) Prisma (centavos)	sem informação
Ciranda Solidária	Olinda	PE	Cristal	ativo

Fonte: dados secundários, Sondagem Moedas Sociais, 2008.

Os clubes se distribuem da seguinte forma no país: quatro em São Paulo; um em Pernambuco, cinco no Rio Grande do Sul, dois no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no Paraná e um em Santa Catarina. Dos quinze clubes entrevistados, seis tiveram iniciadas suas atividades entre 1999/2003; cinco surgiram entre os anos 2004/05; e, quatro foram criados entre 2006/07. A grande maioria dos clubes de troca encontra-se no Sul e Sudeste do Brasil.

Já a experiência dos bancos, como se pode perceber, têm origem entre 2005 e 2007, com exceção do Palmas - no final dos anos 1990, e do Rubem Berta, em 2004. Em dois anos nove experiências se instalaram.

Em todos os casos tanto o nome dos bancos e dos clubes como das moedas sociais são associados às características identitárias (étnicas, geográficas, ambientais etc).

Quadro 3 – Experiências visitadas: Bancos

Bancos	Município	UF	Ano de criação	Moeda social
Paju	Maracanaú	CE	2006	Maracaná
Bancart	Irauçuba	CE	2007	Ta
Palmas	Fortaleza	C	1998	Palmas
Bassa	Santana do	C	2005	Santana
Cocais	São João do Arraial	PI	2007	Cocais
Quilombola de Alcântara	Alcântara	M A	2007	Guará
Ecoluzia	Simões Filho	BA	2007	Trilha
Bem	Vila Velha	ES	2005	Bem
Terra	Vitória	ES	2005	Terra
Pire	Dourados	M	2006	Pirapirê
Rubem Berta	Porto Alegre	R	2004	Rubi

Fonte: dados primários, Sondagem Moedas Sociais, 2008.

Quadro 4 – Experiências visitadas: clubes de troca

Clubes de Troca	Município	U F	Ano de criaç ão	Moeda social
Casa da Acolhida	Rio de Janeiro	R J	2002	Marista
Quilombo da Serra	Teresópolis	R J	1999	Tupi
CECCO Santo Amaro	São Paulo	S P	2004	Talento
Condomínio Geneve	São Paulo	S P	2007	Txai
Mercado Escola	São Paulo	S P	2002	Futuro
Minha Casa Minha Rua	São Paulo	S P	2006	Miruca
Ciranda Solidária	Recife	P E	2006	Cristal
Ecosol	Florianópolis	S C	2000	Ecosol
Guajuviras I	Canoas	R S	2001	Guajuvira s
Guajuviras II	Canoas	R S	2001	Guajuvira s
Pampa Vivo	Novo Hamburgo	R S	2003	Pampa Vivo
Rio Grande	Rio Grande	R S	2004	Grandino
Zona Norte	Porto Alegre	R S	2005	Obirici
N. Sra do Rocio	São José dos Pinhais	P R	2005	Pinhão
Vivendo e aprendendo	Viçosa	M G	2007	Café

Fonte: dados primários, Sondagem Moedas Sociais, 2008.

4.1 - Área geográfica de atuação

A área geográfica que os bancos delimitam para atuação é equilibrada entre **bairros (4)** da periferia das capitais:

- Banco Palmas: Conjunto Palmeiras, em Fortaleza – CE, com uma população em torno de 30.000 habitantes⁵¹;
- Banco Terra: Barra Mares, Vila Velha – ES, com 31.000 habitantes de acordo com a entrevistada;
- Banco Bem: Morro de São Benedito, Vitória – ES; com aproximadamente 30.000 habitantes;
- Rubem Berta: Conjunto Residencial Rubem Berta, Porto Alegre/ RS, 130.000 habitantes, de acordo com a entrevistada.

municípios (4)⁵²:

- Bassa: Santana do Acaraú – CE, com uma população de 28.741 habitantes;
- Banco dos Cocais: São João do Arraial – PI, com uma população de 7.081 habitantes;
- Quilombola de Alcântara: Alcântara – MA, com uma população de 21.349 habitantes;
- Banco Pire: Dourados – MS com uma população de 181.869 habitantes.

Existem bancos atuando em **Distritos Municipais (2)**:

- Banco Paju: Distrito de Pajussara, Maracanaú – RM de Fortaleza – CE, com uma população de 40.000 habitantes;
- Bancart: Distrito de Missi, Irauçuba – CE, com uma população de 1.828 habitantes.

O Eco Luzia é o único que atua numa **comunidade**, a de Santa Luzia, em Simões Filho - município da Região Metropolitana de Salvador – BA, no perímetro rural, com uma população em torno de 300 habitantes (mais ou menos 95 famílias) de acordo com as entrevistadas.

⁵¹ MELO NETO e MAGALHÃES, 2005.

⁵² Fonte: www.ibge.gov.br

A área geográfica de atuação da maioria dos clubes é o bairro de origem dos componentes no qual se desenvolve a experiência. Mas existem clubes formados por pessoas de vários bairros, como, por exemplo, o Zona Norte em Porto Alegre/RS, o Condomínio Genève/SP, o Pampa Vivo em Novo Hamburgo/RS e Minha Rua Minha Casa em baixo do viaduto do Glicério em São Paulo/SP. Foram citados também a favela e o município como áreas de atuação.

Em São Paulo, apesar da origem ser no bairro ou no local de trabalho, alguns clubes se deslocam para eventos fora desta área geográfica, como é o caso da feira mensal realizada no Vale do Anhangabaú. Com os Clubes do Rio Grande do Sul ocorre o mesmo ao se deslocarem para feiras de trocas solidárias em alguns municípios da Grande Porto Alegre e para a feira anual de Santa Maria. Aliás, para esta feira vão quase todos os clubes de troca do Brasil, que funciona como um espaço de articulação e intercâmbio da economia solidária no Brasil e na América Latina, principalmente do Cone Sul. Também se observou entre os clubes uma prática de mercado de trocas com moedas sociais em eventos promovidos pelos fóruns estaduais de economia solidária como as feiras e festivais de economia solidárias nos estados, inclusive as apoiadas pelo Programa de Feiras da Senaes/ MTE. Assim como quando da realização dos Fóruns Sociais Mundiais no Brasil.

4.2. O contexto e a erupção das experiências

Os problemas com o desemprego, habitação e condições dignas de moradia estão entre os principais relatados nas entrevistas, como questões comuns que mobilizaram as entidades e pessoas na criação dos clubes de troca e dos bancos comunitários. A gênese destas experiências está relacionada às lutas populares urbanas (acesso à moradia e a serviços públicos) que eclodiram na década de 80 e ganharam novos atributos na década de 90 com a luta pela geração de trabalho e renda e preservação e conservação ambientais.

Os motivos e problemas que levaram à criação dos bancos, na opinião dos entrevistados, estão associados ao consumo e às necessidades sociais

básicas como alimentos, água, luz, habitação etc. Para tal acesso, não havia moeda circulando ao alcance de todos/as. Alguns explicam que “a falta da moeda está relacionada à dificuldade de encontrar trabalho capaz de gerá-la”; outros, “à

inadequação da oferta de crédito pelo sistema financeiro para estas populações”. Fica evidente, no contexto, o movimento que fazem os setores populares para o

acesso aos bens econômicos e culturais e os limites das políticas em responder às demandas e direitos sociais.

Para as pessoas entrevistadas nos clubes os problemas e as motivações são explicitados da seguinte maneira: “a comunidade precisava de espaço e recursos financeiros”; “necessidade de envolver e atender às demandas das famílias em situação de vulnerabilidade social, pois a comunidade fica longe do centro urbano e tem poucos meios de organização do trabalho”; “a feira de trocas solidárias faz parte dos esforços para a criação de empreendimentos produtivos formados por pessoas desempregadas e em situação de vulnerabilidade social”.

Diante da singularidade dos processos para o surgimento das moedas sociais em duas formas de organização diferentes, apresentamos a gênese de cada uma separadamente, para posteriormente fazermos alguns comentários.

a) Os clubes de troca

O Clube de Troca Quilombo da Serra surgiu a partir do trabalho da Associação de Moradores da Comunidade do Poço do Peixe, periferia de Teresópolis (RJ), fundada em 1994, onde foi implantado um serviço de boas práticas de saúde, através das terapias naturais englobando o resgate do uso de plantas medicinais e a valorização de hábitos alimentares tradicionais. As trocas de produtos e serviços já eram um hábito freqüente na comunidade. A construção

da Associação foi feita em regime de mutirão, a colheita do mel que produzem também, além de festas e comemorações. No ano de 1999, “resolveram implantar a moeda social Tupi da Serra como instrumento de economia popular solidária”.

A partir do ano 2001, ocorre uma articulação entre diversas experiências no Brasil em torno da Rede de Socioeconomia Solidária que passa a ser a referência. Esta, por sua vez, toma como referência, também, as experiências ocorridas na Argentina com a Rede de Trueques. Exemplo disso é o Clube de Trocas ECOSOL – Florianópolis, o primeiro do sul que surge em um evento promovido pelo Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária da Universidade

Federal de Santa Catarina – NESOL/UFSC com a participação de Heloisa Primavera⁵³. Este encontro deixa claro a necessidade de praticar moedas sociais como “um sistema de economia alternativa onde as pessoas também trocam entre si produtos, serviços e saberes respeitando normas éticas e ecológicas”.

Outros clubes surgiram influenciados pelas relações de troca estabelecidas durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (2002), pelo Encontro de Mendes/ RJ (2004)⁵⁴ e pelas feiras de economia solidária em Santa Maria/ RS. É o caso do Clube Zona Norte (Porto Alegre) no qual pessoas amigas resolveram se juntar e criar o clube; dos clubes do Paraná, particularmente o de N. Sra do Rocio onde algumas mulheres da comunidade se reuniam semanalmente para produzir artesanato e participar como voluntárias na cozinha comunitária que serve almoço para crianças de famílias de baixa renda da comunidade. A coordenação do grupo procurou o Centro de Formação Urbana e Rural Irmã Araújo (Cefúria) para fazer uma oficina sobre economia solidária e como organizar um clube de troca. Assim nasceu o primeiro, entre

⁵³ Heloisa aparece em vários relatos ligados ao surgimento dos Clubes no Brasil. A sua experiência tem origem na Argentina, com a Rede de Trueques, no final da década de 90 e início dos anos 2000 frente à crise que abalou o país provocando muitos problemas sociais. Esta experiência ficou marcada pelas trocas solidárias e o uso de moeda social.

⁵⁴ Atores que estiveram em Mendes também foram entrevistados pela Sondagem, como Irmã Lourdes, Ary Moraes e Luis Paulo Arena. Neste encontro a Senaes já se fez presente. Ver Relatório de Mendes, 2004, p. 16-18.

os vinte e um clubes, que se organizam em torno da moeda social Pinhão no Paraná. Com a inspiração na socioeconomia solidária, podemos dizer que está o Ciranda Solidária, em Pernambuco. Embora tenha surgindo anos depois a partir da atuação dos artesãos com o apoio do Fórum de Economia Popular Solidária de PE (FEPS/ PE) e da Escola Livre de Olinda, apoiada pela Fundação Getúlio Vargas.

A maioria dos Clubes da Grande Porto Alegre/ RS surgiu a partir do apoio do Programa da Metroplan⁵⁵ - Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que no processo de implantação, estimulou um diagnóstico participativo e de organização da comunidade para resolver os problemas relacionados ao trabalho e à renda, entre outros. Os Clubes Guajuviras I e Guajuviras II surgem a partir da iniciativa

das mulheres e dos movimentos populares de moradores, mas também recebem esse apoio. O Pampa Vivo, Novo Hamburgo / RS, tem origem nesse esteio institucional. Mas, a tônica principal da organização social se deu em torno da recuperação do Arroio Pampa – área que estava degradada ambientalmente. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Samuel Dietschi se envolveu e para reforçar o trabalho ambiental e de melhoria habitacional, foi organizado um Clube dos Amigos do Arroio Pampa e, por sugestão da Amencar (atual KNH - Agência de Desenvolvimento Alemã), nasceu o clube de troca por dentro desse clube de amigos, a eles se juntando muitos artesãos e moradores – pais de alunos que moravam na ocupação irregular no entorno do arroio.

Outras experiências também surgiram na luta ambiental, como o Clube Casa da Acolhida com apoio dos Maristas. Preocupados com a intensa poluição no rio Cascata/ RJ, os integrantes do grupo resolveram realizar uma capacitação com os moradores da comunidade próxima ao rio para falar sobre preservação ambiental.

⁵⁵ Metroplan – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional, na gestão de Olívio Dutra, em parceria com a GTZ- PRORENDA Urbano

Clubes surgiram já envolvidos nas atividades de produção, como o Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO), Santo Amaro/ SP, que produz sabonetes. Seus membros já haviam participado de oficinas sobre economia solidária – oferecidas pela Cáritas Brasileira –, de onde surgiu a idéia das feiras e do clube de trocas.

Alguns clubes nasceram a partir do apoio das Incubadoras Universitárias de empreendimentos da economia solidária. “A moeda social foi introduzida para fortalecer os empreendimentos e as pessoas que se associavam solidariamente”, mesmo que não fossem membros de um empreendimento. Esta trajetória tem a ver com o clube do Rio Grande/ RS, o primeiro clube a ser incubado, neste caso, pela ITCP da Universidade do Rio Grande do Sul; o clube de troca Vivendo e Aprendendo, dos moradores dos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa/ MG, foi apoiado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFV; o

Clube Mercado Escola, no bairro Jardim Ângela, em São Paulo / SP, foi apoiado pela ITCP-USP; o Clube de Troca Minha Rua Minha Casa também tem apoio da Incubadora da Fundação Getúlio Vargas/SP. Mas, como no Rio Grande Sul, a experiência deste último tem o apoio do poder público. A Prefeitura de São Paulo, através do Programa Oportunidade Solidária, vinculado à Secretaria do Trabalho e Solidariedade, na gestão de Marta Suplicy se aliou à ITCP da Fundação Getúlio Vargas para trabalhar na perspectiva de redes territoriais, incluindo as moedas sociais, microcrédito e feiras a partir da experiência do Banco Palmas. A este trabalho se somou a organização não governamental Organização do Auxílio Fraternal (OAF), com experiência em trabalhos com populações de rua, para apoiar os moradores.

A experiência do Condomínio Genève, em São Paulo/ SP, criado com o apoio e mobilização da atual síndica que possuía experiência anterior de clube de troca, embora não muito positiva. Funciona em um condomínio de classe

média. Aqui, a idéia é atrair os moradores para realizarem trocas com os empreendimentos de economia solidária que são convidados a participar.

b) Os bancos comunitários:

O Banco Palmas, Fortaleza (CE), surgiu em 1998, pela “dificuldade dos moradores arcarem com as despesas básicas de água, luz e alimentação”. Este problema ocorreu após a construção das casas no novo conjunto residencial⁵⁶. Aquela situação estava criando um novo problema para a população, que sem fonte de renda, “buscava outros bairros onde o custo de vida fosse quase zero”. Diante disto, “para enfrentar o problema de pobreza local, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) elaborou um projeto de geração de trabalho e renda com o qual as famílias fossem estimuladas a produzir e comprar localmente”.

O Banco Eco Luzia está situado na comunidade de Santa Luzia formada por pescadores e marisqueiras, localizada às margens do mangue⁵⁷, de uma estrada de ferro e onde passam dutos de gás da Petrobrás, em Simões Filho (Região Metropolitana de Salvador - BA). O seu surgimento é decorrência do Projeto Eco-Luzia, apoiado pela Petrobrás de apoio à melhoria habitacional – pois havia muitas casas de plástico e barro – além de atividades de formação em associativismo e economia solidária e um diagnóstico sobre a produção e o consumo na comunidade (1ª fase). Todavia, a melhoria habitacional só contemplava a construção de banheiros, por isso, a ação da comunidade junto com o Ministério Público transformou o projeto em construção de moradias. O mapeamento revelou a dificuldade da população no acesso a compra de alimentos devido ao centro comercial ficar distante, localizado em Simões Filho”, bem como “a comunidade é muito pobre e sentiu a necessidade de circular a renda aqui dentro para gerar trabalho e renda”. A criação do mercadinho para comercializar produtos de consumo na própria comunidade é resultado dessa necessidade. “Desde 2005 um fundo rotativo financiava o

⁵⁶ O Conjunto Palmeiras tem sua origem nas lutas pela posse e ocupação do solo urbano. Todos os moradores deste conjunto ‘foram despejados da área litorânea de Fortaleza’, diante do avanço da especulação imobiliária, no começo dos anos 1970. (MELO NETO, 2003, pág 94).

⁵⁷ Segundo as entrevistadas, o mangue está poluído pelas descargas das indústrias estabelecidas naquela área. Com tal situação diminuíram as possibilidades de sobrevivência das famílias pela aqüicultura.

consumo com um vale, utilizado apenas no mercadinho, o que deu origem à moeda”. Em 2007, o projeto é renovado e ampliado para a criação do Banco Comunitário Eco-Luzia com crédito em moeda social para o consumo e criação de empreendimentos de economia solidária, inspirado no Banco Palmas.

A Associação Comunitária dos Moradores e Produtores Rurais e Artesãos do Missi, localizada no Distrito de Missi - Município de Irauçuba - CE, trabalhava há tempos com artesanato de crochê para varandas de redes. Mas, “era necessário fornecer crédito para ajudar na autonomia dos artesãos que vivem na mão de atravessadores”. A “idéia de formar um banco comunitário surgiu após um contato com Joaquim do Banco Palmas, em 2000, durante uma oficina sobre a economia solidária”. A Associação criou um fundo feito pela doação de R\$ 1,00 de cada associado que o chamavam de “tamborete” – uma forma de expressar o tamanho do banco⁵⁸ e uma identidade. Em 2007, a partir do apoio do Instituto Banco

Palmas⁵⁹ em cooperação com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/ MTE), foi transformado em Bancart.

O Banco Comunitário PAJU, localizado no Distrito de Pajussara - Maracanaú (Região Metropolitana de Fortaleza - CE), foi criado a partir da mobilização e articulação do fórum dos moradores. Na ocasião, “a Associação de Moradores da Área Verde preocupada com o desemprego, a necessidade de renda e a carência de moradia, encabeçou a criação do PAJU”, que se efetivou em 2006. De acordo com o entrevistado “poder pagar o botijão de gás com este dinheiro e não passar pelo constrangimento de ver o bodegueiro anotar na caderneta de fiado faz uma diferença muito grande”. O PAJU também recebeu apoio do Instituto Banco Palmas e da Senaes/MTE.

O mesmo percurso seguiu a criação do Bassa, em Santana do Acaraú – CE, inclusive com apoio do Instituto Banco Palmas. Desta vez a partir do Fórum de Assentados da Reforma Agrária. O Fórum dos Assentados possui uma

⁵⁸ Este termo em algumas localidades do Nordeste significa popularmente um banco de sentar pequeno quase sempre vendido nas feiras livres.

⁵⁹ O Instituto Palmas é uma OSCIP que ganhou uma concorrência e se tornou um gestor de rede do sistema Banco Popular do Brasil, de acordo com Haroldo Mendonça, em entrevista a esta Sondagem.

cooperativa que produz carne bovina, leite, ovos, mamão e mel de abelha que são distribuídos para a merenda escolar. Diante disso, em 2005, a superintendência do Incra, promoveu o intercâmbio entre o fórum e o Banco Palmas o que favoreceu a criação do banco “para promover o desenvolvimento local com a compra para a merenda escolar pela Prefeitura, financiamento da produção e do consumo e fazer a moeda circular no município”.

O Banco dos Cocais, inaugurado em dezembro de 2007, é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de São João do Arraial – PI, através de Projeto de Lei Municipal (05/12/2007). A baixa renda per capita de R\$ 77,00/mês levou ao investimento em capacitação e empreendedorismo solidário. Desse processo “surgiram os primeiros grupos de produção solidária e uma demanda por crédito para Prefeitura”; o Projeto ELO – Aquisição Alimentação Escolar Local – que abrange 30% das escolas municipais – se somava”. Diante disto, o banco surge com o objetivo de “oferecer microcrédito alternativo em moeda social para produtores e consumidores e fortalecer a economia local através da geração de emprego e renda”. Assim como os anteriores, este banco faz parte da cooperação com o Instituto Banco Palmas e Senaes/MTE.

O Banco Quilombola de Alcântara – MA - o nome já revela a localização, teve como justificativa para seu surgimento “a falta de geração de renda dos quilombolas produtores e o não acesso desse pequeno produtor às linhas de crédito nas grandes financeiras”. Assim como a experiência anterior, este Banco tem apoio do poder público, desta vez do Governo Estadual e se instala em 2007.

O Banco Bem teve origem no Morro de São Benedito, em Vitória - ES, onde existia um grupo de mulheres que trabalhavam com customização de roupas. A ONG Serviço de Engajamento Comunitário (Secri), que já fazia um trabalho com as crianças e adolescentes, filhos destas mulheres, resolveu apoiar o trabalho das mães vendendo o que era produzido por elas. Com o convite para participação em uma feira “elas conseguiram o primeiro dinheiro da vida delas”. “Esse dinheiro foi para uma poupança e logo depois elas começaram a emprestar para mais dois empreendimentos que hoje se chamam Bem Nutrir

(grupo de mulheres que trabalha com culinária) e o Bem Arte Madeira (grupo de rapazes que começou a trabalhar com marcenaria)”.

A Secri elaborou projetos para captar patrocínios. Em 2004, o grupo de mulheres forma a “Associação Arte idéias” e recebe a primeira doação de cinco mil reais que foi aplicado na produção de vassouras de garrafas pet. Um ano depois, os empresários doadores visitaram o Morro e satisfeitos com os resultados doaram 10 mil reais. Pouco depois, a Arte Idéia recebe um terreno e o venderam. As mulheres não sabiam o que fazer com o dinheiro que somava R\$ 19.000,00.

No mesmo período houve um debate promovido pela Prefeitura de Vitória sobre economia solidária com a presença de Joaquim Melo Neto do Banco Palmas. As mulheres se identificaram com a experiência apresentada, e a partir das orientações metodológicas do Palmas, fundaram o Banco em outubro de 2005 - a moeda social começou a circular, apenas em março de 2006.

O Banco Terra fica na periferia do município de Vila Velha e foi criado em novembro de 2005. Ainda a sua história remonta há quatro anos atrás quando o Movimento Vida Nova Vila Velha (Movive) em parceria com o Sebrae realizaram uma pesquisa socioeconômica na área. As lideranças da comunidade foram convocadas para fazer o trabalho de campo. O estudo identificou que “os moradores recebiam muitos cursos mas não se percebia a aplicabilidade destes”. “Novos cursos, em parceria com o SEBRAE, foram lançados e com novos objetivos, exemplo: como aprender a vender, como desenvolver e gerenciar meu negócio com sucesso. Em linhas gerais, o Banco surgiu pela dificuldade dos moradores da região perante o acesso ao crédito e o alto índice de empreendedores locais”.

A Prefeitura de Dourados (MS), através da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, criou um Programa denominado “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” com vistas a capacitar pessoas para inclusão no mercado de trabalho na perspectiva da economia solidária. Porém, “após a qualificação se verificou que as pessoas queriam trabalhar, mas não tinham como iniciar seu

negócio”. Faltavam recursos para aquisição de equipamento, matéria prima, capital de giro etc. Na ocasião, “a doação de uma missionária para micro-crédito possibilitou a criação da entidade ‘Mulheres em Movimento’, no ano de 2004, e esta, por sua vez, no ano de 2006, criou o Banco Pire que tem cartão de crédito, moeda social e oferece outros serviços”. Atualmente o Banco “administra duas lojas solidárias: uma no centro da cidade; outra no shopping center; e, apóia outras três, em bairros periféricos de Dourados”.

O Rubem Berta⁶⁰, situado em Porto Alegre – RS, não se autodenomina de banco. Prefere ser identificado como Valor Local Circulante (VLC), “com base no método monetário STRO (Social Trade Organization)”. No Conjunto Habitacional Rubem Berta havia sérios problemas de habitação. “A Associação de Moradores queria apoiar as pessoas que precisavam reformar suas casas e a população não tinha recursos financeiros. O circulante local (moeda social) viria para cobrir essa necessidade”.

“A criação do Rubi – Credcomunidade (VLC – Valor Local Circulante), em 2004, foi uma ação voltada para “mudar a realidade de vida e gerar renda”. Esta experiência é conjunta entre a associação de moradores, o comércio local e o Instituto Instrodi⁶¹. A circulação da moeda social é feita através do Rubem Berta e o crédito em Real é pelo Credcomunidade, que é um Instituto de Crédito Comunitário (ICC).

Como se pode observar, as experiências nasceram no processo de construção de organização social para responder a problemas econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. O desemprego, a falta de moradia e infraestrutura urbana, a dificuldade de acesso ao crédito, a geração de renda, à alimentação, a criação e permanência dos empreendimentos dos artesãos, dos agricultores familiares, dos catadores de reciclados, das donas de casa entre outros estão entre os problemas mais citados pelos entrevistados.

⁶⁰ A experiência do Rubem Berta está inserida entre os Bancos Comunitários pela natureza de sua ação pelo fato de realizarem operações de crédito com moedas sociais e em Real no conjunto habitacional. Aliás, um dos maiores do Brasil, antes de pretender um enquadramento nesta nomenclatura.

⁶¹ O Instrodi – Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral, é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre, que tem como proposta implementar soluções práticas para aumentar a capacidade econômica das comunidades no Brasil. Orientado tecnicamente e financiado pela fundação holandesa Strohalm, o Instrodi através de suas metodologias monetárias, busca contribuir para melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Importante considerar o contexto de empobrecimento dos setores populares, na década de 1990, com dificuldades de acesso às políticas sociais e de crédito, do desemprego crescente e de ampliação do trabalho autônomo, questões referidas anteriormente, provocadas pelas mudanças em consequência do novo modelo de acumulação e das ações e métodos geradores de melhorias na condição de vida criados e praticados pelas populações envolvidas⁶².

Para a superação desses problemas e contingências estabeleceram novas relações culturais entre si e com a natureza, de sociabilidade, de exercício da solidariedade e da democracia para gestarem outra economia.

Emergem de uma vontade própria das comunidades envolvidas, embora uma parte delas já conte com o apoio de políticas públicas. Os bancos e os clubes vêm complementar as ações que já ocorriam e que fundaram o alicerce da confiança e da cooperação nas comunidades e territórios. O reforço a esta gênese sobre a construção dos processos sociais que originaram tais experiências tem o sentido de evidenciar as singularidades em cada uma delas, de acordo com sua história, cultura e ambiente. Tal singularidade muitas vezes não é observada pelas instituições e órgãos governamentais na formulação e execução de políticas públicas, que tendem a criar modelos que se adequam mais as condições operacionais e normativas do Estado do que de fato adaptar-se à vida real.

Os clubes são predominantes nos bairros populares e assentamentos populacionais das grandes cidades e metrópoles e os bancos tendem para atuação nos municípios, inclusive rurais, embora também atuem em bairros populares.

Nesta trajetória, existem pelo menos três gerações que identificamos através da Sondagem. As duas experiências pioneiras: o Banco Palmas (CE) e o Clube de Troca Quilombo da Serra (RJ), compõem a primeira *geração* (anos 1990),

⁶² FAUSTINO, 2007.

que nasce no final dos anos 1990, e são emblemáticas frente a novas estratégias no combate à pobreza e a exclusão social pelos movimentos populares, ainda com uma forte marca urbana, apoiadas pelas organizações da cooperação internacional. Naquela década, no Brasil, havia, ainda, uma forte presença dessas entidades.

Uma segunda *geração*, podemos dizer assim, surge no início dos anos 2000, no eixo da mobilização e articulação da socioeconomia solidária no Brasil, dos Fóruns Sociais Mundiais e dos governos do campo democrático e popular, neste caso pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pela Prefeitura de São Paulo. Todavia, os problemas e motivações para o uso de moedas sociais pelas populações envolvidas, de natureza socioeconômico e ambiental, predomina a questão da moradia (o acesso à terra urbana), o desemprego, a contestação ao modelo de desenvolvimento adotado pela hegemonia do capital, a busca por alternativas por um outro desenvolvimento sustentável, democrático e incluyente e corresponde aqueles movimentos de contestação à globalização, expressos por Boaventura de Souza Santos, que buscam construir um outro mundo que julgam ter direito⁶³.

A terceira *geração*, composta basicamente pelos bancos comunitários de desenvolvimento, é aquela que surge diretamente apoiada pelas políticas federais de economia solidária, de combate à fome e de apoio à agricultura familiar, após 2003, associadas a governos democráticos e populares, particularmente em municípios, e por entidades de apoio e fomento que compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Esta *geração* corresponde a atual, iniciada na primeira gestão do governo Lula com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e da implantação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que passam a construir ações e políticas e intervir nos processos rumo ao fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento local. Assim, neste contexto, já existe um pacto firmado na Conferência Nacional de Economia Solidária, que inclusive reúne as três *gerações*, cujo desafio, portanto, é implementá-lo e como implementá-lo. Nisto reside, de certa maneira, o objetivo desta Sondagem.

⁶³ SOUSA SANTOS, 2002.

As iniciativas de bancos que foram localizadas nesta Sondagem compõem a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, constituída em 2006, com exceção do Rubem Berta. A partir daí passam a compor o cenário das articulações sobre as finanças solidárias no Brasil, como organização de segundo piso, sem, no entanto, constituir uma personalidade jurídica. Seu papel tem se apresentado como de interlocução junto ao poder público e como um espaço para “discutir as metodologias que vêm sendo aplicadas pelos diferentes bancos, numa perspectiva de consolidá-la”, conforme o Instituto Banco Palmas (2006). Para o estabelecimento de convênios de cooperação com o Estado, portanto de acesso aos recursos públicos, o Instituto Banco Palmas, entidade civil sem fins lucrativos, tem sido a entidade âncora, para uma parte considerável das experiências visitadas. Segundo o entrevistado do Banco Quilombola de Alcântara, “O Instituto Banco Palmas passa a receber recursos através do programa iniciado em 2006, pela Senaes/MTE, ‘com o objetivo de apoiar a organização coletiva de trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários’. O apoio é através de capacitação na metodologia”. A Senaes, através de esclarecimentos prestados pelo entrevistado, disse que “o Instituto Palmas é hoje um gestor de rede do sistema de banco popular do Brasil que conseguiu sair de um patamar de R\$ 50 mil reais iniciais para um valor de R\$ 700 mil reais que abastece os bancos comunitários”⁶⁴. Ainda, segundo o entrevistado, o papel de um gestor de rede é “coordenar no campo da administração e da gestão, no campo contábil e no campo da organização política”.

O surgimento da maioria das iniciativas, aqui apresentadas, é uma ação das organizações da sociedade civil, particularmente dos movimentos populares locais – urbanos ou rurais. Todavia, se constata uma relação diferente dos bancos e dos clubes com o poder público. Os bancos, na maioria dos casos, têm relação com os poderes públicos, inclusive, institucionalizadas: cinco bancos se viabilizaram com o apoio da política pública federal, através da

⁶⁴ “Os bancos comunitários membros de uma rede do Sistema Banco Popular do Brasil recebem R\$ 0,10 centavos por operação realizada como depósito, poupança, abertura de conta etc, para o banco oficial”, de acordo com Haroldo Mendonça, entrevistado representante da SENAES.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), implementada pela cooperação com o Instituto Banco Palmas, quais sejam: o Banco Comunitário PAJU, o Banco Quilombola de Alcântara, o Banco dos Cocais, o Bassa e o Bancart (embora este último já desenvolvesse uma ação de financiamento dos artesãos com um fundo próprio). O banco em São João do Arraial – PI foi constituído como política pública municipal. Ainda, no âmbito municipal, ficou evidente, também, a relação de complementaridade entre o Banco Pire e a Prefeitura de Dourados - Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. Por sua vez o Banco de Alcântara - MA recebe apoio do Governo daquele Estado. O Rubem Berta, em Porto Alegre, também tem apoio da cooperação do Ministério de Desenvolvimento da Holanda, muito embora via o Instrodi que é uma organização da sociedade civil, com sede e fórum no Brasil, assim como, a cooperação com a Petrobrás permitiu o surgimento do Banco Eco Luzia, via o Núcleo⁶⁵ da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

O apoio da Senaes aos bancos se insere na estratégia de finanças solidárias desta secretaria, demanda do movimento nacional de economia solidária e decisão da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em junho de 2006. Os aportes financeiros provem do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PMNPO) e do próprio orçamento da Senaes. Sobre isto, serão feitos comentários e considerações à parte.

Já os clubes têm uma relação mais distante: utilizam os espaços de equipamentos públicos, como escolas, centros comunitários etc. Caracterizam-se pela iniciativa quase que exclusiva da sociedade civil com aportes financeiros e materiais de seus membros.

O que marca a origem do uso de moedas sociais, no Brasil, neste século, é uma grande rede de articulação social que vincula uma heterogeneidade de setores e de organizações em torno da economia solidária e de outro desenvolvimento. Além disso, revela uma pluralidade de recursos econômicos,

⁶⁵ Atualmente: ITES/UFBA - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia.

os quais poderão ser melhor identificados na explicitação das fontes provedoras.

4.3. As fontes e aportes iniciais e atores envolvidos na constituição das experiências

Na descrição anterior já foram evidenciados algumas instituições, entidades e movimentos envolvidos na erupção das iniciativas aqui apresentadas. Mas, a Sondagem procurou detalhar um pouco mais este item, os quais são apresentados na seqüência.

O primeiro recurso do Banco Palmas, um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em 1998, veio do Fundo de Apoio a Projetos de Auto Gestão – FAPAG, projeto executado pelo Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - CEARAH Periferia, Fortaleza – CE⁶⁶.

O Banco Eco-Luzia, em Simões Filho, teve aporte inicial pelo Fundo de Projetos da Fundação Petrobrás, em 2005. Este projeto, executado pelo Núcleo da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, destinou a quantia de R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais) para a constituição de um fundo rotativo da comunidade de Santa Luzia. Embora não sendo objeto de investigação desta Sondagem, sabemos que o projeto também se prestava à construção de habitação popular, de acordo com as entrevistadas.

O Rubem Berta, Porto Alegre, iniciou com vinte mil ‘rubis’, cuja fonte foi o Strohalm – Ministério de Desenvolvimento da Holanda. Aqui cabe uma explicação: o Instrodi, a ONG executora deste projeto não revelou a equivalência em Real. Nisto reside uma particularidade desta experiência que

⁶⁶ Segundo o Relatório de avaliação deste fundo, realizado por esta ONG, em 2006, “o FAPAG é um instrumento socioeconômico de financiamento rotativo para as organizações associativas e iniciativas de geração de trabalho e renda, principalmente aquelas da economia popular e solidária. Desde o seu surgimento, em 1996, esteve, estrategicamente, integrado ao Projeto da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular (EPUPP) do CEARAH Periferia”. Os recursos faziam parte da cooperação internacional francesa através do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD). Convém registrar que Joaquim Melo Neto - um dos coordenadores e idealizadores dos bancos comunitários de desenvolvimento, era técnico desta ONG, antes de integrar a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras.

não determina a equivalência entre moeda social e oficial. Inclusive porque não faz câmbio entre as moedas. Todo o movimento é só com a moeda social. Embora exista o ICC (OSCIP) que opera só com reais.

O maior aporte inicial, em reais, foi a doação de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) feita ao Banco Pire (MS), por uma missionária (de nome não revelado), proveniente de herança.

No Espírito Santo a Arcelor Mittal, nova razão social da Companhia Siderúrgica Tubarão, apoiou a criação do Banco Terra, com recursos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O Banco Bem iniciou com aporte no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) proveniente de doação de empresários frequentadores da igreja católica.

O Bancarte, inicialmente ‘Tamborete’, contava com um fundo de doação de R\$ 1,00 (um real) dos membros da Associação Comunitária dos Moradores e Produtores Rurais e Artesãos de Missi, perfazendo um total de R\$ 300,00 (trezentos reais), no período de 2000 a 2006 - acessado apenas por artesãos e artesãs. Quando, em 2007, a partir da parceria com o Instituto Banco Palmas, recebe um crédito de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Banco Popular do Brasil e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda social.

O Banco PAJU recebeu R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a moeda social através do convênio com a Prefeitura de Maracanaú – CE e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de crédito do Banco Popular do Brasil.

O Bassa, em Santana do Acaraú - CE, recebeu do Fórum dos Assentados da Reforma Agrária o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A Prefeitura, a ONG Terra 3 (assessoria técnica), o INCRA e o Instituto Banco Palmas doaram juntos um valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para despesas de criação e confecção da moeda. Destes, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) foram destinados para o lastro da moeda social. O crédito para produção é via PRONAF, que não passa pelo banco comunitário, embora exista a articulação com os assentados numa espécie de operação articulada.

O Banco Quilombola de Alcântara, através da parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária – Governo do Maranhão, recebeu R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) como crédito vinculado ao Banco Popular do Brasil. No Piauí, para o Banco Cocais o aporte inicial foi da Prefeitura Municipal de São João do Arraial. A Sondagem não teve respostas dos entrevistados sobre a quantia referente à moeda social do Quilombola de Alcântara e do Cocais não houve resposta sobre o montante geral.

Cinco clubes, entre os quinze entrevistados, receberam doações financeiras para iniciar as atividades de: organizações da sociedade civil, universidades, prefeituras e um banco privado. Entre os cinco, dois receberam quantias equivalentes a R\$ 10.000,00 e R\$ 5.000,00. Os outros três restantes receberam quantias abaixo de R\$ 1.000,00. Estes recursos quase sempre foram para apoiar as pessoas a produz os produtos a serem para as trocas. Um clube recebeu uma doação de produtos que sobraram do Fórum Social Mundial, em torno de R\$ 500,00, que transformou em lastro do Eco Banco. Os outros dez clubes não receberam nenhum aporte financeiro externo, iniciaram suas atividades com doações da própria comunidade e a partir da produção dos participantes. Apenas dois relataram ter recebido uma taxa simbólica de inscrição de seus membros. Em geral estas taxas foram utilizadas para transporte, material de apoio e divulgação simples, não gráfica.

As experiências revelam diferentes modalidades de acesso a recursos financeiros para a constituição dos bancos, como doações e empréstimos de: pessoas físicas (missionária), membros das associações e cooperativas - aos quais os bancos estão integrados, prefeituras, governo estadual e federal, empresas estatais ou privadas e organizações não-governamentais (ONG).

Os aportes iniciais revelam pequenas quantias para circulação da moeda social. Todavia, existem recursos para manutenção de estrutura física e de pessoal, sendo, contudo, uma composição diferente em cada caso. A maior parte das organizações revelou dificuldade para a manutenção da infraestrutura e de pessoal, bem como para o acompanhamento dos usuários de

crédito para produção. O que se apresenta significativo é a mobilização e articulação a partir das organizações locais, revelando uma pujante capacidade de ação endógena, sem, contudo, deixar de romper as fronteiras territoriais e institucionais para construir suas estratégias para o desenvolvimento local. Tal capacidade social e política se revela na rede social construída com os atores.

Além dos atores sociais já citados anteriormente, se envolveram também diretamente no surgimento dos clubes em suas localidades: artesãos do Vôo Fênix, artistas plásticos/as de Olinda, o Núcleo Curupira (ambientalista), Núcleos Comunitários de Porto Alegre, Funcionários da Casa da Acolhida/RJ, Igreja, as organizações não-governamentais Terraguar (ambientalista) e Planta Sonhos do RS, a organização Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Associação dos Funcionários da Caixa Econômica Federal de Novo Hamburgo/RS.

Os bancos apresentaram como destaque a Igreja Católica São Benedito e voluntários da paróquia(ES), Grupo de Gestores Locais da Região 5 (Vila Velha), Faculdade Novo Milênio(ES), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Città Engenharia (ES), Caixa Econômica Federal (ES); Associação dos Moradores da Área Verde de Pajussara, Centro Espírita de Pajussara (CE), Associação dos Moradores do Missi (CE).

Foram citados categorias e movimentos populares como de agricultores familiares, fóruns de assentados da reforma agrária, artesãos, pescadores e marisqueiras, pedreiros, quebradeiras de coco, Sindicato de Trabalhadores Rurais, associações de pequenos comerciantes locais, comunidade quilombola, entidades e movimentos de mulheres trabalhadores temporários, adolescentes, profissionais liberais, mulheres, homens e adolescentes das comunidades que produzem em suas residências e nas padarias comunitárias, carrinheiros (catadores), famílias, empreendimentos de economia solidária, população de rua, universitários e voluntários. Autarquias, empresas públicas e privadas, bem como instituições governamentais nos três âmbitos: municipal (executivo e legislativo), estadual e federal; E três bancos oficiais, sendo dois federais e o outro estadual.

O enfrentamento das condições adversas pelos atores sociais revela uma pujante participação no processo de desenvolvimento local que se expressa nos espaços públicos e na economia solidária. Isso mostra a importância das experiências uma vez que são aspectos desafiadores da construção democrática (política e econômica) na contemporaneidade⁶⁷. Dessa forma, pode-se afirmar que tais experiências traduzem a gestão de um outro processo de desenvolvimento e de outra economia.

⁶⁷ MARTINS, 2006.